

FUNDAÇÃO
renova

Relatório de Administração 2017

Relatório da Administração 2017

Em atendimento aos dispositivos legais e estatutários aos quais a FUNDAÇÃO RENOVA está sujeita, apresentamos as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores

Fundação Renova

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Renova ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2018



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5



Fábio Abreu de Paula

Contador CRC 1MG075204/O-0

Sumário

<i>A Renova</i>	3
<i>Aporte das mantenedoras – origem dos recursos</i>	5
<i>Abrangências dos programas</i>	7
<i>Eixo Pessoas e Comunidades</i>	7
<i>Eixo Terra e Água</i>	8
<i>Eixo Reconstrução e Infraestrutura</i>	9
<i>Principais entregas dos programas sob responsabilidade da Renova</i>	9
<i>Execução econômica dos programas em 2017</i>	11
.....	17
<i>1. Contexto operacional</i>	19
<i>2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis</i>	20
<i>3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas</i> ...	25
<i>4. Tributos a recuperar</i>	27
<i>5. Ativos em construção destinados para doação</i>	28
<i>6. Valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce</i>	29
<i>7. Imobilizado e intangível</i>	30
<i>8. Outros ativos</i>	32
<i>9. Fornecedores</i>	32

10. Salários, provisões e contribuições sociais.....	33
11. Tributos a recolher.....	34
12. Contingências	34
13. Provisões diversas	37
14. Obrigações socioambientais e socioeconômicas.....	39
15. Patrimônio líquido.....	40
16. Receitas	41
17. Despesas operacionais com programas.....	43
18. Despesas operacionais administrativas.....	46
19. Resultado financeiro	47
20. Aportes mantenedoras.....	48
21. Compromissos (commitments)	48
22. Cobertura de seguros.....	49

A Renova

Nossa história é recomeço. Vem do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), no dia 5 de novembro de 2015, nossa razão de existir. Dessa grande tragédia, que mudou a vida de muita gente em Minas Gerais e no Espírito Santo, surgiram três grandes desafios: escala, tempo e conhecimento. Não há parâmetros, referências ou respostas fáceis. Essa é a realidade da Fundação Renova.

Acreditamos que nenhum desafio pode ser vencido sem o auxílio de uma palavra: juntos. O diálogo nos une e viabiliza a construção coletiva do futuro. No encontro, cada parte se torna mais forte. Nosso papel, de alguma maneira, é esse: promover o encontro e as conexões. De passado, presente e futuro. De pessoas, iniciativas e instituições. De competências, vontades e visões. Todos convergindo para um mesmo lugar, que nos move e nos dá sentido. Dos encontros, certamente, nascerão as soluções que, muitas vezes, ninguém imagina possíveis.

Pessoas e comunidades, nos comprometemos a reconhecer, cuidar e respeitar. Onde for necessário reconstruir e prover infraestrutura, iremos inovar, desenvolver e preservar. A terra e a água seguirão o único caminho possível: o de restaurar, produzir e conservar.

E cada passo será dado com respeito às diversidades, com abertura para ouvir e falar, com transparência para mostrar e integridade em cada agir. Uma fundação só nasce se houver uma razão única de existir: cumprir uma missão de interesse da sociedade. E não há propósito de interesse comum se não houver pessoas compartilhando uma mesma vontade. Por isso, a Fundação Renova estará sempre de portas abertas para quem quiser fazer, o agora, o futuro. Juntos.

A Fundação Renova nasceu após a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre Samarco, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Brasil, e o Governo Federal, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH).

Ao longo de 2017, realizamos diversas ações para reparar, de forma integrada, a bacia do rio Doce e deixar um legado de melhorias ambientais, sociais e econômicas para a região atingida pelo rompimento da barragem de Fundão. O período foi fundamental para a consolidação do modelo de governança.

A Renova trabalha para, cada vez mais, deixar sua estrutura aderente às melhores práticas na atenção a temas universais, como Direitos Humanos, que orientam a condução de seus programas e também a tomada de decisão. Em dezembro, foi criada a área de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da instituição. Com atuação transversal, a nova área promoverá o desenvolvimento e a implementação de ações voltadas à educação e prática de respeito aos direitos humanos e à defesa e remediação de eventuais violações em todos os programas, projetos e ações.

Muito trabalho ainda precisa ser feito até que as comunidades sejam reassentadas, as indenizações concluídas de maneira justa e transparente, o meio ambiente recomposto e o rio Doce restaurado. Mas em 2017, no âmbito dos 42 programas previstos no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), entregas importantes foram realizadas. Para conhecer a evolução de cada programa e as entregas já realizadas basta acessar o site da Renova, no link: www.fundacaorenova.org, que é atualizado diariamente com novas informações, fotos, vídeos, relatórios, entre outros.

Entre janeiro e dezembro de 2017, os recursos destinados aos programas somaram R\$ 1,73 bilhão. Desde novembro de 2015, mês do rompimento da barragem de Fundão até dezembro de 2017, os recursos investidos chegam a R\$ 3,21 bilhões.

Foram orçados R\$2,187 bilhões para o exercício de 2018, sendo R\$2,119 bilhões para execução dos programas do TTAC e R\$68 milhões para cobrir as despesas administrativas. Para permitir o cumprimento do orçamento estão previstos R\$1,965 bilhão a serem aportados diretamente no caixa da Renova pelas suas mantenedoras. Esses recursos serão aplicados prioritariamente nos seguintes programas:

- PIM – Programa de Indenização Mediada;
- Auxílio Financeiro aos Impactados;
- Recuperação Reservatório Risoleta Neves – “Usina de Candonga”;
- Reassentamento – Reconstrução das vilas de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira;
- Contenção de Rejeitos;
- Manejo de Rejeitos;
- Conservação da Biodiversidade Aquática;
- Retomada da Atividade Pesqueira no rio Doce.

Aporte das mantenedoras – origem dos recursos

O TTCA estabelece os aportes anuais para formação do patrimônio da Fundação Renova, necessário para a execução dos programas estabelecidos. Há dois tipos de aportes: Recursos Compensatórios e Recursos Reparatórios. O TTAC define, de forma preliminar, valores entre R\$ 9,46 bilhões e R\$ 11,86 bilhões, distribuídos conforme quadro abaixo. Tais valores serão corrigidos pelo índice IPCA, até o momento da efetivação do aporte.

Os Recursos Compensatórios têm valor determinado em R\$4,1 bilhões e envolvem dois aportes. O primeiro é o financiamento do Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos nos municípios ao longo do rio Doce, no valor total de R\$ 500 milhões, que serão distribuídos nos anos de 2016, 2017 e 2018 nos montantes de R\$50 milhões, R\$200 milhões e R\$250 milhões, respectivamente. O segundo aporte refere-se aos programas compensatórios, no valor total de R\$3,6 bilhões, distribuídos em parcelas anuais de R\$240 milhões, durante 15 anos, a partir de 2016, em Recuperação de APPs, Recuperação de Nascentes e ações compensatórias em geral.

Os Recursos Reparatórios não têm limite máximo de valor, ou seja, deverão ser implementadas as ações reparatórias necessárias e não deverão ficar limitadas aos aportes anuais estabelecidos de forma preliminar no TTAC. Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos.

Destacam-se, dentre os programas reparatórios: Manejo de Rejeitos, Contenção de Rejeitos e Tratamento In Situ, Recuperação da Área Ambiental 1, Sistemas de Abastecimento de Água, Investigação e Monitoramento da Água, Levantamento do Cadastro de Impactados, Programa de Indenização, Proteção dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, Comunicação e Diálogo, Reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves, Saúde Física e Mental dos Impactados, Retomada da Atividade Agropecuária e Auxílio Financeiro.

O cronograma dos aportes anuais previstos no TTAC foi estabelecido conforme abaixo:

- 2016 – R\$ 2 bilhões;
- 2017 e 2018 – R\$ 1,2 bilhão anuais;
- De 2019 a 2020 – entre R\$ 800 milhões e R\$ 1,6 bilhão anuais, de acordo com o cronograma de execução dos programas e projetos;
- De 2021 a 2030 – valores a serem definidos a partir das ações de reparação previstas, acrescido dos R\$ 240 milhões anuais para ações compensatórias;
- Adicionalmente aos valores acima, deverão ser destinados R\$500 milhões ao financiamento do programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de

resíduos sólidos nos municípios ao longo do Rio Doce nos anos de 2016, 2017 e 2018, nos montantes de R\$ 50 milhões, R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões, respectivamente.

Aportes realizados em 2017

Em 2017, foram aportados R\$ 1,87 bilhão já considerado o montante de R\$ 0,58 bilhão aplicados diretamente pela Samarco nos programas do TTAC. Para fins de aporte são consideradas as despesas incorridas pela Samarco, cujas ações estejam relacionadas com os programas para reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão definidas conforme o TTAC. Adicionado aos aportes realizados em 2016 (R\$ 2,089 bilhões) o aporte acumulado até dezembro de 2017 totalizou R\$ 3,96 bilhões.

Além dos aportes efetuados na Fundação Renova e os valores efetivamente gastos pela Samarco para execução dos programas e projetos, fazem parte dos aportes de 2016 os valores bloqueados pela ACP 0400.15.004335-6 (ACP Mariana).

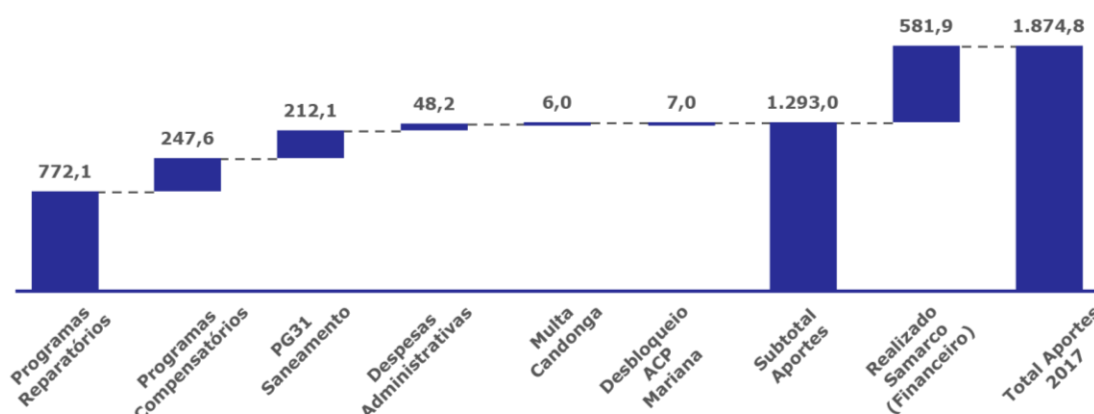


Figura 1 - Detalhamento da natureza do aporte de 2017

Abrangências dos programas

O QUE NOS MOVE? O AGORA. O FUTURO. JUNTOS.



Os 42 programas executados pela Fundação Renova foram divididos em três eixos temáticos que agrupam os principais focos de atuação no processo de recuperação dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Eixo Pessoas e Comunidades

Frentes de Atuação:

- Identificação e indenização
- Educação e cultura
- Saúde e bem-estar
- Comunidades tradicionais e indígenas
- Fomento à economia
- Engajamento e diálogo

Programas Relacionados: Cadastro dos impactados / Ressarcimento e Indenização dos Impactados / Proteção e Recuperação da Qualidade da Vida dos Povos Indígenas / Qualidade de vida dos outros povos e comunidades tradicionais / Proteção Social / Diálogo, Comunicação e Participação Social / Recuperação de Escolas e Reintegração da

Comunidade Escolar / Memória Histórica, Cultural e Artística / Turismo, Cultura, Esporte e Lazer / Saúde Física e Mental da População Impactada / Auxílio Financeiro Emergencial / Educação Ambiental / Informação para a População / Comunicação Nacional e Internacional / Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras / Diversificação da Economia Regional / Micro e Pequenos Negócios / Estímulo à Contratação Local / Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários.

Eixo Terra e Água

Frentes de Atuação:

- Uso do solo
- Gestão hídrica
- Manejo de rejeito
- Biodiversidade
- Assistência aos animais
- Inovação

Programas Relacionados: Assistência aos Animais / Reservatório Usina Hidrelétrica Risoleta Neves / Retomada das Atividades Agropecuárias / Manejo dos Rejeitos / Recuperação da Área Ambiental 1 / Recuperação das Áreas de Preservação Permanente / Recuperação das Nascentes / Conservação da Biodiversidade / Recuperação da Fauna Silvestre / Fauna e Flora Terrestre / Monitoramento da Bacia do Rio Doce / Preparação para as Emergências Ambientais / Unidades de Conservação / Implementação de CAR e PRA / Tecnologias Socioeconômicas.

Eixo Reconstrução e Infraestrutura

Frentes de Atuação:

- Reassentamento
- Contenção de rejeito
- Tratamento de água e efluentes
- Infraestrutura urbana e acessos

Programas Relacionados: Reconstrução de Vilas / Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas / Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água / Coleta e Tratamento de Esgoto / Sistema de Contenção dos Rejeitos e Tratamento dos Rios / Gestão de Riscos Ambientais.

Principais entregas dos programas sob responsabilidade da Renova

Pessoas e Comunidades

- **8.228 pessoas** sendo assistidas com **Auxílio financeiro emergencial**, incluindo **1.576 famílias de povos tradicionais**;
- **214 mil indenizações pagas**, por danos morais pela falta de abastecimento de água potável;
- **441 antecipações de pagamentos** das indenizações por danos gerais;
- **R\$ 40 milhões em linhas de crédito a micro e pequenos empreendedores** dos municípios impactados pelo rompimento de Fundão. Condições facilitadas de taxas e prazos, além de análise de risco diferenciada, através do **Fundo Desenvolve Rio Doce**;
- **12 cursos qualificaram** aproximadamente **159 profissionais**;
- **Priorização de fornecedores locais nas contratações**;
- **83 profissionais de saúde contratados**, entre médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras e **fortalecimento das estruturas** do Sistema Único de Saúde (SUS) em **Barra Longa e Mariana**.

Terra e Água

- **Plano de Manejo de rejeito, aprovado em junho**, divide a extensão impactada em 17 trechos, sendo que o maior é o Trecho 17. **Trecho 8 (piloto): aplicação do plano concluída** em 9 Km de extensão entre Mariana e Barra Longa;

- Cerca de **1 milhão de metros cúbicos de rejeitos foram retirados da UHE Risoleta Neves**. A retirada do rejeito, necessária para o retorno das operações da hidrelétrica, será concluída em 2018;
- **92 pontos de monitoramento - 22 estações automáticas** - distribuídos no rio Doce e na zona costeira;
- **Reabilitação de 113 tributários** (rios);
- Plantio emergencial de **800 hectares** para controle de erosão e recuperação do solo;
- Controle de erosão e reconformação das margens em **1.522 hectares de planícies** entre Mariana e Rio Doce;
- **Cercamento de APPs em 37 propriedades rurais** de Mariana (calha dos rios principais, fragmentos florestais e nascentes);
- Aproximadamente **13 mil toneladas de alimentação animal fornecidas** como complementação às quase 6 mil toneladas de forragem plantadas nas propriedades;
- **219 propriedades participam do projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável**, de um total de 255 propriedades invadidas pelo rejeito entre Mariana e Candonga;
- **511 nascentes protegidas e em processo de recuperação**, das **5 mil** que passarão por este processo em 10 anos;
- **515 prontuários médicos de atendimentos a animais** que estão sob guarda dos tutores, em suas propriedades originais ou em moradias temporárias;
- **790 registros entre resgates**, encaminhamentos e animais nascidos sob responsabilidade da Renova. Pouco mais de 35% destes animais (280) se encontram sob guarda temporária nos Centros de Acolhimento.

Reconstrução e Infraestrutura

- **654 obras de recuperação e reconstrução das infraestruturas danificadas** foram concluídas. Em Barra Longa: **91 casas, 28 comércios, 102 quintais/lotos reformados e 5 casas reconstruídas**;
- **241 km de acessos recuperados**;
- **211 km de cercamentos de propriedades rurais** para atender às novas demandas de plantio foram refeitos;
- **Melhoria em 14 estações de tratamento de água**;
- **24 municípios com captações alternativas de água**, por meio de adutoras ou de poços. **6 adutoras entregues**;
- Aprovação do documento "Diretrizes para Repasse de Recursos, Apoio Técnico e Capacitação aos Municípios", referente ao Programa Compensatório de Saneamento Básico. Este investimento, no valor de **R\$ 500 milhões**, será realizado em 39 municípios ao longo do rio Doce;

- Contenção de Rejeito: (i) construção e alteamento do dique S3 (709,5 m de elevação); (ii) Conclusão da dragagem no dique S3 (600 mil m³ de rejeitos removidos); (iii) Construção do aterro do maciço do dique S4 (45 mil m³ de aterro); (iv) Construção do barramento de Nova Santarém; Construção da ensecadeira do Eixo 1.

Execução econômica dos programas em 2017

As despesas incorridas pela Samarco, cujas ações estejam relacionadas com os programas para reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, são computadas nos valores cobertos pelo montante do aporte previsto para 2016 e 2017.

A Fundação Renova foi criada em junho de 2016 e iniciou as operações no mês de agosto. A partir de setembro, iniciou-se a cessão dos contratos da Samarco para a Renova, como um processo natural de transição, sendo iniciados também processos de contratação diretamente pela Fundação Renova. Dessa forma, o montante total de execução dos programas acumulado até dezembro de 2017 é composto da seguinte forma:

- Valores realizados pela Samarco na fase emergencial até março de 2016 (R\$ 409 milhões);
- Valores realizados pela Samarco, a partir de abril de 2016, relacionados aos programas do TTAC (R\$ 1,299 bilhões);
- Valores realizados pela Fundação Renova a partir o início da operação em agosto de 2016 (R\$1,496 bilhões).

Foram contabilizados R\$ 3,204 bilhões nos programas do TTAC acumulado até dezembro de 2017, sendo R\$ 1,708 bilhões na Samarco e R\$ 1,496 bilhões na Fundação Renova.

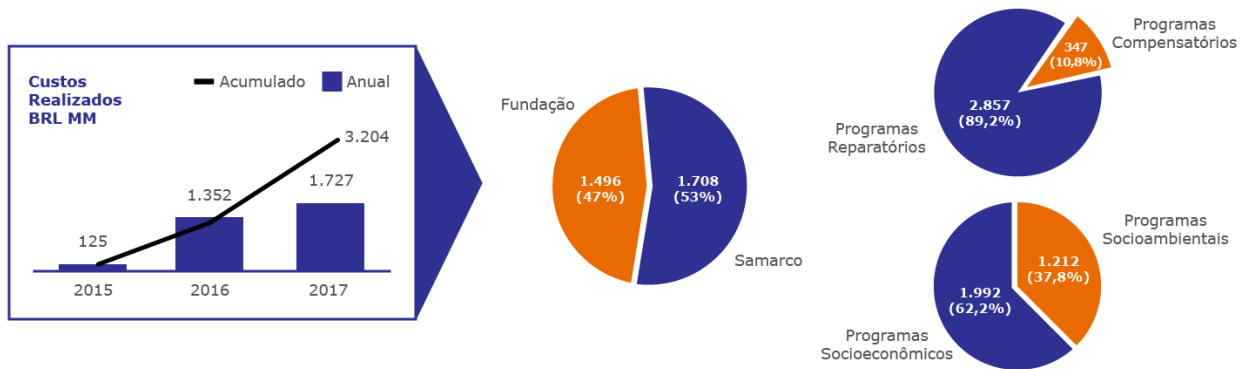


Figura 2 – Execução econômica – R\$ milhões

Existem contas específicas para cada programa, a fim permitir o adequado planejamento e apropriação dos custos. Os valores acumulados em dezembro de 2017 estão demonstrados na figura abaixo:



Figura 3 – Custos realizados por programa – R\$ milhões

Os programas foram agrupados nos eixos temáticos que representam a forma de atuação da Fundação Renova.

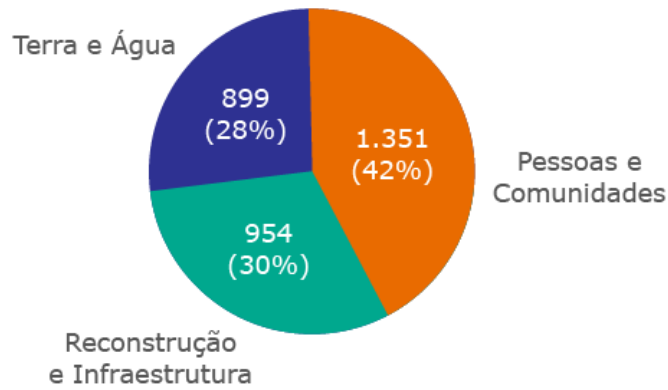


Figura 4 – Custos realizados por "EIXO TEMÁTICO" – R\$ milhões

A partir dos eixos temáticos, os programas foram agrupados em um nível mais baixo de acordo com o tema que esteja mais adequado.

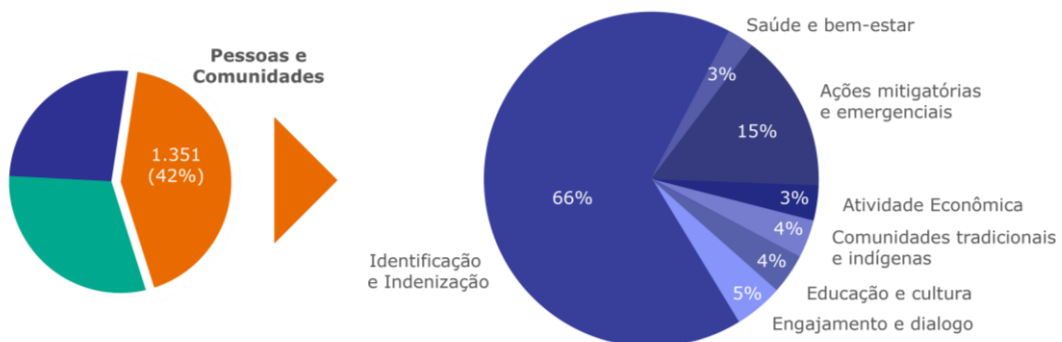


Figura 5 – Custos realizados do tema "Pessoas e Comunidades" – R\$ milhões

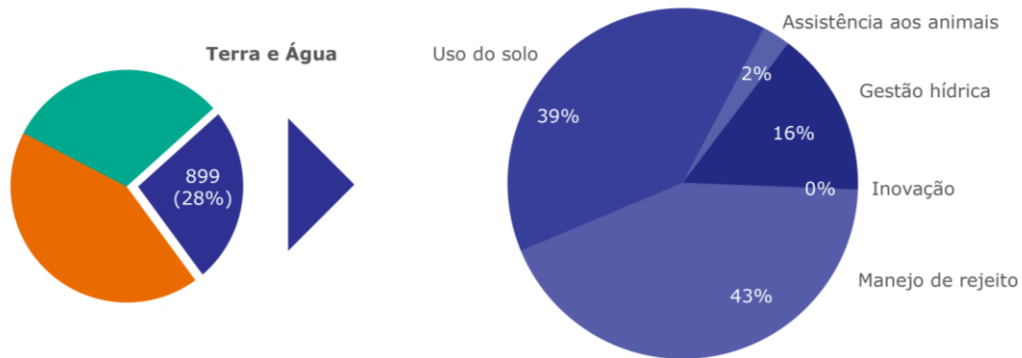


Figura 6 – Custos realizados do tema “Terra e Água” – R\$ milhões

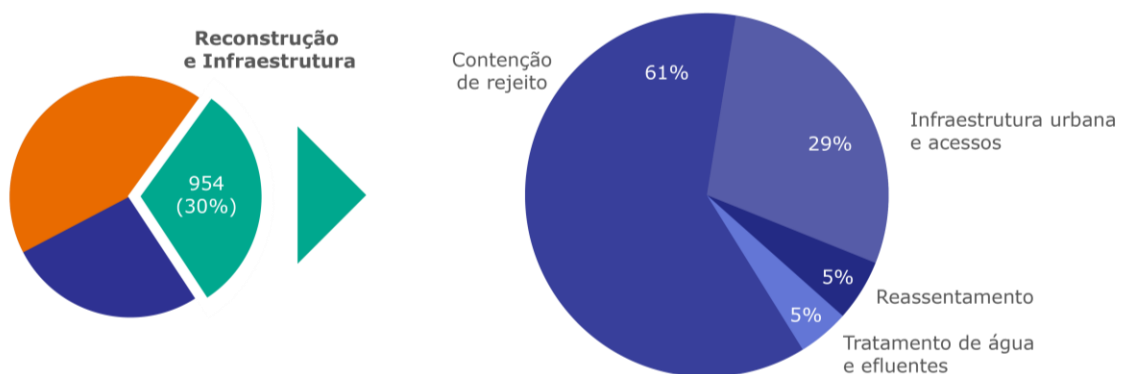


Figura 7 – Custos realizados do tema “Reconstrução e Infraestrutura” – R\$ milhões

A seguir são apresentadas as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

ATIVO

Circulante	Nota	2017	2016
Caixa e equivalente de caixa	3	56.102	287.233
Aplicações financeiras vinculadas	3	622.908	280.232
Tributos a recuperar	4	2.246	853
Despesas Antecipadas - Seguros		1.396	-
Outros ativos	8	1.203	-
Total do ativo circulante		683.855	568.318
Não circulante			
Ativos em construção destinados para doação	5	23.337	5.022
Valores a Receber - Fundos Desenvolve Rio Doce	6	40.260	-
Depósito judicial		3	-
Imobilizado e Intangível	7	8.843	38
Total do ativo não circulante		72.443	5.060
TOTAL DO ATIVO		756.298	573.378

PASSIVO

Circulante	Nota	2017	2016
Fornecedores	9	69.011	47.746
Salário e contribuições sociais	10	4.948	608
Tributos a recolher	11	8.179	3.839
Provisões diversas	13	104.925	19.989
Obrigações socioambientais e socioeconômicos	14	223.563	499.560
Contribuição despesas administrativas a apropriar	16	11.679	-
Outros passivos		40	1
Total do passivo circulante		422.345	571.743
Não circulante			
Obrigações socioambientais e socioeconômicos	14	299.210	-
Total do passivo		721.555	571.743
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	15	1.938.711	693.950
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicos	15	(1.938.711)	(693.950)
Superávit acumulado		1.635	-
Superávit do exercício		33.108	1.635
Total do patrimônio líquido		34.743	1.635
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		756.298	573.378

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Nota	2017	2016
Receitas			
Receita operacional - aportes	16	1.237.382	194.390
Receitas de contribuições	16	36.509	4.928
Receitas de serviços voluntários	16	32.932	27.993
Total de receitas		1.306.823	227.311
Despesas operacionais			
Com programas	17	(1.237.382)	(194.390)
Gerais e administrativas	18	(36.509)	(5.833)
Serviço voluntário	18	(32.932)	(27.993)
Outras despesas operacionais, líquidas		(68)	(39)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		(68)	(944)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	33.625	2.585
Despesas financeiras	19	(447)	(6)
Variações cambiais líquidas		(2)	-
Superávit do exercício		33.108	1.635

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais – R\$

	Nota	Patrimônio Social	Transferência	Superávit acumulado	Total
Em 24 de junho de 2016		-	-	-	-
Dotação das mantenedoras	15	693.950	-	-	693.950
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicos	15	-	(693.950)	-	(693.950)
Superávit do exercício		-	-	1.635	1.635
Saldo em 31 de dezembro de 2016		693.950	(693.950)	1.635	1.635
Dotação das mantenedoras	15	1.244.761	-	-	1.244.761
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicos	15	-	(1.244.761)	-	(1.244.761)
Superávit do exercício		-	-	33.108	33.108
Saldo em 31 de dezembro de 2017		1.938.711	(1.938.711)	34.743	34.743

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais – R\$

	Nota	2017	2016
Superávit do exercício		33.108	1.635
Ajustes para reconciliar déficit do exercício com caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	7	7	-
Atualização das obrigações socioambientais e socioeconômicos	14	15.571	-
		48.686	1.635
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Conta a receber - Fundo Desenvolve Rio Doce	6	(40.260)	-
Depósitos Judiciais		(3)	-
Tributos a recuperar	4	(1.393)	(853)
Outros ativos	8	(2.599)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	9	21.265	47.746
Salários, provisões e contribuições sociais	10	4.340	609
Impostos a recolher	11	4.340	3.839
Provisão para outros passivos	13	84.936	19.989
Obrigações socioambientais e socioeconômicos	14	7.642	499.560
Contribuição despesas administrativas a apropriar	16	11.679	-
Outros passivos		39	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		138.672	572.525
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Ativos em construção destinados para doação	5	(18.315)	(5.022)
Aquisição de imobilizado e intangível	7	(8.812)	(38)
Aplicações financeiras vinculadas	3	(342.676)	(280.232)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(369.803)	(285.292)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(231.131)	287.233
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	287.233	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	56.102	287.233
		(231.131)	287.233

1. Contexto operacional

A Fundação Renova ("Fundação" ou "Entidade") é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 24 de junho de 2016 e estabelecida na cidade de Belo Horizonte – MG, com sua sede na avenida Getúlio Vargas 671, 4º andar. A Fundação Renova possui como instituidoras e mantenedoras a Samarco Mineração S.A. (Samarco), como Mantenedora Principal, Vale S.A. (Vale) e BHP Brasil Ltda. (BHP Brasil) (em conjunto mantenedoras), responsáveis pela dotação dos recursos necessários para a realização das suas atividades.

Sua regência se dá pelo Estatuto e pela legislação que lhe é aplicável. Tem como objetivo exclusivo a gestão e execução das medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção da assistência social aos atingidos, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco, conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado em 02 de março de 2016 entre a Samarco, Vale, BHP Brasil e diversos órgãos governamentais.

A Fundação Renova possui as seguintes inscrições e títulos:

Escritura pública de instituição registrada no Cartório do 2º Tabelionato de Notas da comarca de Belo Horizonte, livro 2800N, folhas 052 e 053, em 29 de junho de 2016;

Estatuto registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de Belo Horizonte sob o nº 138160 em 05 de julho de 2016;

CNPJ Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 25.135.507/0001-83.

A Fundação Renova é uma entidade de assistência social e, nesta qualidade, entende que faz jus à imunidade de impostos, prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição de 1988, e de contribuições para a seguridade social, prevista no artigo 195, §7º da Constituição de 1988, razão pela qual não tem efetuado o recolhimento dos referidos tributos (nota 12).

Conforme definido no TTAC, foi contratada empresa de auditoria para realizar trabalhos de asseguarção referente aos projetos socioeconômicos e socioambientais a serem executados pela Renova. Considerando a data de constituição da Fundação Renova, a abrangência e complexidade dos Programas, os trabalhos de asseguarção, referentes ao exercício de 2016 e 2017, encontram-se em andamento com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2018.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Curador, em 18 de abril de 2018, tendo o Conselho Fiscal emitido seu parecer favorável em 10 de abril de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)” e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Fundação efetue julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não houve alterações ou novos pronunciamentos e interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017, que tiveram impactos relevantes para a Fundação.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis que afetam os valores divulgados dos ativos, passivos e despesas.

As estimativas e os julgamentos contábeis baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Fundação faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo.

Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração da Fundação em conjunto com seus assessores jurídicos. A Fundação considera em suas análises, fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado, conforme divulgado na nota 12.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, que é a moeda funcional e do principal ambiente econômico em que a Fundação Renova opera, gera e consome caixa e, que é também a sua moeda de apresentação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores a três meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.5 Ativos financeiros

A Fundação Renova classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2017, a Fundação Renova não detém instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

a) Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o Método da Taxa Efetiva de Juros.

b) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Fundação Renova avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros apresenta perda no valor recuperável. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros tem perda no valor recuperável e incorre-se em perda no valor recuperável apenas se existir evidência objetiva de perda no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda") e, se esse evento (ou eventos) de perda, tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser estimado com segurança.

O montante de perda no valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

2.6 Ativos não circulantes destinados para doação

Os ativos são classificados como ativos destinados para doação, quando a Fundação Renova está comprometida com um programa que tem um plano de aquisição para construção de ativos (ou conjunto de ativos) em que a doação é considerada altamente provável. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

2.7 Imobilizado e Intangível

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, doação, formação ou construção.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada com base no método de depreciação e amortização linear.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura ou do contrato correspondente.

2.9 Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação Renova tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros, esperados a uma taxa antes de impostos, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

2.10 Benefícios a empregados

Assistência médica

A Fundação Renova concede benefícios que envolvem seguro de vida, plano de previdência privada e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, que respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Renova.

2.11 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores (mantenedoras), acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.12 Apuração do superávit (déficit)

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem receitas e despesas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes.

a) Reconhecimento de receitas de contribuição

As receitas são reconhecidas no momento em que ocorre efetivo recebimento dos recursos.

(b) Reconhecimento de receitas e despesas de trabalhos voluntários

Os serviços prestados pelas mantenedoras, Conselho Curador, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, foram reconhecidos quando efetivamente realizados e conforme requerido pela Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros” – ITG 2002 (R1).

Os valores foram mensurados pelo valor justo e registrados como se houvesse ocorrido um desembolso, ou seja, uma entrada e saída de recurso financeiro.

Tais valores foram contabilizados como receita e despesa no mesmo montante sem gerar alteração do déficit/superávit do exercício e do patrimônio líquido.

(c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado, usando o Método da Taxa Efetiva de Juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros moratórios, IOF e despesas bancárias.

Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os valores recebidos pela Fundação Renova das mantenedoras (BHP Brasil, Vale e Samarco) foram aplicados em instituições financeiras nacionais de primeira linha, considerando o nível de classificação de risco baixo, aplicações em investimentos de perfil conservador, com liquidez diária, tendo remuneração média de 98% do CDI. As referidas aplicações financeiras são registradas ao valor de mercado, conforme atualização periódica informada pelas instituições financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	2017	2016
Caixa e bancos		
No país	49	1
Aplicações financeiras		
No país	56.053	287.232
	56.102	287.233

b) Aplicações financeiras vinculadas

Segue abaixo tabela com os detalhes do saldo da aplicação financeira com destinação exclusiva:

DESTINAÇÃO	NOTA	2017	2016
Programas compensatórios – clausula 232 TTAC	(a)	187.887	228.337
Programas de Saneamento e Resíduos Sólidos - PG31	(b)	267.816	51.895
"Reserva TCP-Barra Longa"	(c)	161.412	-
Programas de ações compensatórias – Multa Candonga	(d)	5.793	-
Total		622.908	280.232

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a) dos aportes recebidos até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, R\$240.000 foram destinados aos projetos de natureza compensatória conforme cláusula 232 do TTAC. Ao longo de 2017, foi aplicado/desembolsado o valor de R\$295.300. Neste montante já está incluso o saldo não utilizado em 2016 (R\$228.337). O saldo final em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$187.887, já corrigido pelo IPCA.
- b) em conta bancária segregada está a importância de R\$267.816 (2016 - R\$51.895), valor este destinado exclusivamente às ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico, elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais (redação TTAC), onde tais recursos deverão ser integralmente repassados aos municípios indicados pelo Comitê Interfederativo (CIF). Está previsto o início da aplicação desses recursos a partir do primeiro semestre de 2018.
- c) a Fundação Renova foi nomeada pelas mantenedoras para realizar a gestão dos valores da "Reserva TCP-Barra Longa", termo assinado por Samarco, Vale e BHP Brasil com o Ministério Público para criar uma reserva de R\$200.000 destinada a reparações para população de Barra Longa e adjacências. Os valores foram depositados conforme negociado e encontram-se em uma conta bancária específica. O saldo final em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$161.412 já corrigido pelo IPCA.
- d) em cumprimento à deliberação nº 80 do CIF, item 4.1, em 28 de agosto de 2017 foi depositada pela Samarco a importância de R\$5.950 referente à multa aplicada pelo não-cumprimento de cláusulas do TTAC relacionadas às obras para retorno das operações da UHE Risoleta Neves (Candonga). Esse montante será destinado a ações compensatórias adicionais nos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Barra Longa e Mariana. Os recursos começaram a ser aplicados em 2017 e o saldo em 31 de dezembro de 2017, já atualizado pelo IPCA, totaliza R\$5.793.

O saldo remanescente de caixa será aplicado nos demais programas reparatórios e na manutenção da Fundação Renova (despesas administrativas).

4. Tributos a recuperar

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		2017	2016
IRRF s/aplicação financeira	(a)	1.585	580
INSS sobre folha a recuperar	(b)	601	273
Outros tributos a recuperar		60	-
		2.246	853

Dada a condição de imunidade, a Fundação Renova busca a recuperação dos tributos retidos por outras entidades ou recolhidos indevidamente.

- Imposto de renda retido na fonte pelos bancos nos quais a Renova possui ou possuiu aplicações financeiras, sobre os rendimentos auferidos. Tais retenções ocorreram no período de dezembro de 2016 a agosto de 2017.
- Refere-se à parcela patronal do INSS relativa aos meses de agosto de 2016 a janeiro de 2017, período em que a Fundação Renova estava avaliando o seu enquadramento tributário. No entendimento da Renova, estes valores foram recolhidos indevidamente e poderão ser recuperados nos termos do artigo 2º, I, Parágrafo Único da IN RFB 1.717/2017.

5. Ativos em construção destinados para doação

Em 2016, a Fundação Renova iniciou os investimentos que compõe o Programa de Reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, conforme previsto TTAC. Estes dispêndios estão classificados no ativo de longo prazo, considerando que a conclusão do projeto está prevista para o ano 2019, ano em que os imóveis construídos e as instalações públicas nas novas vilas serão entregues aos respectivos proprietários.

Os valores que compõe esta rubrica estão demonstrados abaixo:

		2017	2016
Terrenos	(a)	14.181	4.134
Projetos de Engenharia	(b)	4.204	888
Consultoria e estudos ambientais	(c)	1.583	-
Obras Cíveis, topografia e sondagem	(d)	1.158	-
Gerenciamento e outros		2.211	-
		23.337	5.022

- a) Refere-se à aquisição de terrenos para construção das moradias e infraestrutura do programa de reassentamento das comunidades;
- b) Dispêndios relacionados aos projetos conceituais e urbanísticos;
- c) Consultorias e estudos ambientais necessários para suportar a fase de execução do projeto, assim como as ações para licenciamentos ambientais e outras providências;
- d) Envolve gastos com sondagens e serviços topográficos dos terrenos adquiridos.

6. Valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce

	2017	2016
Fundo Desenvolve Rio Doce MG	30.203	-
Fundo Desenvolve Rio Doce ES	10.057	-
	40.260	-

O Fundo Desenvolve Rio Doce foi lançado no final do ano de 2017, em cumprimento ao item “a” da cláusula 130 do TTAC que trata do “estabelecimento de linhas de crédito produtivo mediante equalização e constituição do fundo garantidor” (redação do TTAC), em parceria com os agentes financeiros BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo) e BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais). Para a constituição do referido fundo foi disponibilizada a importância de R\$40.000. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo final corrigido é de R\$40.260 (esta correção refere-se à variação do IPCA no período de outubro de 2017 a dezembro de 2017, subtraída as despesas dos agentes financeiros).

Estes recursos serão utilizados para fomento das atividades econômicas dos municípios da região do Rio Doce nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O prazo de vigência do Fundo é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período. As principais características são: taxa subsidiada e uma abrangência maior das faixas de risco de crédito, visando sempre pequenas e médias empresas.

7. Imobilizado e intangível

A Fundação Renova iniciou suas atividades em agosto de 2016 em instalações de imóveis alugados, sendo efetuadas ao longo de 2017 reformas nos escritórios localizados em Belo Horizonte, Mariana, Governador Valadares e Linhares. Além disso ocorreram aquisições de móveis, utensílios, equipamentos de informática e sistemas, todos essenciais à execução das funções administrativas e finalísticas da Fundação Renova.

	Benfeitorias em Bens de Terceiros	Equipamentos e Processamento de dados	Máquinas e equip.	Imobilizado em andamento	Móveis e Utensílios	Total Imobilizado	Sistemas - Software	Total Imobilizado e Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	38	-	38	-	38
Adições	3.221	2.525	242	1.086	624	7.698	1.114	8.812
Depreciação/amortização (a)	(5)	-	-	-	(2)	(7)	-	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.216	2.525	242	1.124	622	7.729	1.114	8.843

a) Em 2017, não ocorreram depreciação e amortização para estas classes, haja visto que tais ativos ficaram disponíveis para uso no final do exercício.

Adicionalmente a Entidade recebeu, em 2016, como comodato de suas mantenedoras Samarco e Vale, bens para execução de suas atividades operacionais e administrativas, que permaneceram na Renova em 2017 e são compostos basicamente por móveis, utensílios, equipamentos de informática e telecomunicação. Os montantes reportados são os valores contábeis residuais destes bens nas empresas proprietárias.

Considerando a obrigação da Fundação Renova em devolver estes itens às mantenedoras, ao final do período contratado, os valores destes bens estão escriturados conforme abaixo:

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
BENS EM COMODATO		
Equipamentos Processamento de Dados	7	7
Móveis e Utensílios	196	196
Subtotal	203	203
BENS EM COMODATO A DEVOLVER		
Equipamentos Processamento de Dados	(7)	(7)
Móveis e Utensílios	(196)	(196)
Subtotal	(203)	(203)

Todos os bens capitalizáveis no ativo imobilizado da Fundação Renova são classificados em rubricas contábeis que fazem parte do plano de contas. Abaixo um quadro descritivo do conteúdo das classes:

Classe	Enquadramento de Bens
Benfeitorias em Bens de Terceiros	Benfeitorias ligadas às obras civis e reformas em prédios administrativos, casas, galpões, entre outros.
Máquinas e Equipamentos	Os bens aqui classificados devem ser corporalmente independentes, funcionando individualmente ou em conjuntos, e ainda com acionamento próprio por motorização ou por energia direta.
Sistemas – Software	Programas de computador executáveis em modalidade direitos de uso ou códigos fonte – inclusive direitos autorais. Conhecidos ainda por softwares, tanto de autoria de terceiros, como própria (desenvolvimento).
Equipamentos Processamento de Dados	Equipamentos em geral, voltados à aplicação em informática - hardware. Inclui itens voltados ao teleprocessamento, armazenamento de dados e rede lógica. Ex: microcomputadores, impressoras, monitores, notebooks, servidores, switch, racks telemáticos, no break, e outros afins.
Móveis e Utensílios	Bens destinados à aplicação em áreas administrativas, comerciais e escritórios em geral. Inclui mobiliário em geral, equipamentos gerais de telecomunicação e as instalações prediais como divisórias, persianas, carpetes, etc.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação e amortização são calculadas com base no método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxas detalhadas abaixo.

Nome da Classe	Vida Útil	Taxa de Depreciação
Benfeitorias em bens de terceiros	Variável	Tempo do contrato
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10% ao ano
Sistemas – Software	5 anos	20% ao ano
Equip. Processamento de Dados	5 anos	20% ao ano
Móveis e Utensílios	10 anos	10% ao ano

A Entidade, considerando a característica dos seus ativos, entendeu não serem necessários realização de testes de *impairment* conforme NBC 19.10.

8. Outros ativos

Em geral é composto de valores de Adiantamento a Fornecedores no país, que tem como objetivo viabilizar a prestação de serviços de apoio ao gerenciamento e fiscalização de obras para implantação dos programas ao longo das áreas impactadas.

	2017	2016
Adiantamento a fornecedores no país	1.102	-
Outros ativos	101	-
	1.203	-

9. Fornecedores

O saldo de Fornecedores é composto basicamente por valores a pagar a prestadores de serviços, que, em 31 de dezembro, representam a composição demonstrada abaixo:

	2017	2016
Mercado interno	67.953	47.563
Mercado externo	1.058	183
	69.011	47.746

10. Salários, provisões e contribuições sociais

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

		2017	2016
Salários a pagar	(a)	1	373
Provisão de férias	(b)	4.031	128
FGTS a pagar	(c)	547	52
INSS de empregados a recolher	(d)	276	15
Outros	(e)	93	40
		4.948	608

- a) Diferente do ano anterior que os salários eram pagos no 5º dia útil do mês subsequente, em 2017, os salários foram pagos dentro do mês de competência, sendo também efetuado no 15º dia o adiantamento quinzenal de 40% do valor bruto.
- b) A provisão de férias é constituída proporcionalmente ao período trabalhado, considerando as determinações legais.
- c) Contribuição mensal de 8% do salário do empregado, de obrigação do empregador, conforme legislação vigente.
- d) Refere-se à contribuição do empregado, devidamente retidos para repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- e) É composto principalmente por valores a pagar, referente ao seguro de vida em grupo e permanente dos empregados da Entidade.

11. Tributos a recolher

Em sua totalidade, essa rubrica é composta por tributos retidos de fornecedores, em geral prestadores de serviços. Os saldos destes tributos a recolher encontram-se detalhados abaixo:

		2017	2016
ISS - Imposto sobre Serviços retidos		3.139	1.625
INSS - retido de fornecedores		1.169	1.083
IRRF - Imposto de Renda Retido na fonte		2.259	572
Tributos federais retidos	(a)	1.612	559
		8.179	3.839

a) Refere-se a valores de retenções dos tributos federais PIS, COFINS e CSLL, de acordo com a Lei 13.137/2015 de 19 de junho de 2015.

12. Contingências

A Fundação Renova entende que faz jus à imunidade de impostos, prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição de 1988, e de contribuições para a seguridade social prevista no artigo 195, §7º da Constituição de 1988, razão pela qual não tem efetuado o recolhimento dos referidos tributos. Registre-se que a Fundação Renova formulou consulta à Receita Federal do Brasil, cuja resposta (Despacho Decisório nº 134 – SRRF06/Disit) não tem impacto na classificação do risco em relação ao enquadramento da entidade como imune. Apesar do entendimento desfavorável manifestado pelo órgão fiscalizador, há argumentos sólidos para se sustentar em juízo o direito à imunidade. Ademais, o posicionamento adotado pela Receita Federal do Brasil pode ser questionado judicialmente, com prognóstico de êxito possível.

A Fundação Renova é parte em ações judiciais oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ações coletivas que discutem termos e cumprimento das cláusulas do TTAC. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisões para as contingências, uma vez que considerou todas as ações com probabilidade de perda possível. Em resumo, seguem abaixo os objetos das ações judiciais e os valores das causas atribuídos pelos Autores/Requerentes, atualizados até os exercícios findos em 31 de dezembro:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



A Fundação Renova é parte em ações judiciais oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ações coletivas que discutem termos e cumprimento das cláusulas do TTAC. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisões para as contingências, uma vez que considerou todas as ações com probabilidade de perda possível.

Em resumo, seguem abaixo os objetos das ações judiciais e os valores das causas atribuídos pelos Autores/Requerentes, atualizados até os exercícios findos em 31 de dezembro:

Ações coletivas cíveis ajuizadas contra a Fundação Renova:

Descrição	Posição	2017	2016
<i>Processo nº 0034197-49.2016.8.13.0400 - Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em face da Samarco Mineração, Vale S.A., BHB Brasil e Fundação Renova, em que teve concedida a antecipação da tutela em 12 de setembro de 2016, determinando a suspensão dos negócios jurídicos que tiveram objeto a compra e venda de animais dos atingidos, obrigando as requeridas de se absterem a realizar novos negócios, da mesma natureza, com os atingidos, até nova decisão judicial.</i>	Em 7 de novembro, o juiz suspendeu por 120 dias, contados a partir de 27/10/2016, conforme solicitado pela MPMG.	581	511
<i>Processo nº 5007288-91.2016.8.13.0105 - Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público em Minas Gerais (MPMG) contra a Fundação Renova solicitando (i) declaração de nulidade de certas passagens e cláusulas dos termos de liberação utilizados na Programa de Indenização Mediada (PIM); (ii) garantia de que o PIM procederá ao pagamento de, no arrendamento, R\$ 1.000 por pessoa afetada e R\$ 1.100 por pessoa vulnerável, e (iii) imposição de multa punitiva para cada acordo firmado em desrespeito ou violação do acima pedidos solicitados, além de R\$ 300.000.000 no caso de interrupção de indenizações aos valores mínimos solicitados.</i>	Em 21 de novembro de 2016, a liminar foi concedida para suspender determinadas partes dos termos de liberação. A liminar, no entanto, está atualmente suspensa devido a uma decisão proferida em 12/06/2016 pelo Tribunal de Recursos. O caso está progredindo e a fase de evidência deve começar nos próximos meses. Não há data definida para uma decisão final.	346.366	303.210
<i>Processo nº 0038496-04.2016.8.08.0014 - Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), com proposta de: (i) declaração de nulidade de determinadas passagens e cláusulas do prazo de liberação utilizado o Programa de Indenização Mediada (PIM); (ii) garantia de que o PIM procederá ao pagamento de, pelo menos, R\$ 1.000 por pessoa afetada e R\$ 1.100 por pessoa vulnerável, e (iii) imposição de multa punitiva para cada acordo assinado em não conformidade ou repetido descumprimento dos pedidos solicitados acima, além de R\$ 300.000.000 no caso de interrupção de indenizações aos valores mínimos solicitados.</i>	Em 1º de dezembro de 2016, a liminar solicitada pelo MPES foi negada. O caso está em andamento e a fase probatória deve começar nos próximos meses. Não há data definida para uma decisão final.	343.335	303.210
<i>Processo nº 5007744-41.2016.8.13.0105 - Ação Indenizatória ajuizada pelo SAAE – GV (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) em face da Samarco, Vale, BHP Brasil e Fundação Renova, requerendo a restituição dos valores gastos com tratamento de água, da lama retirada, além do desassoreamento e prejuízos com a baixa arrecadação, com pedido de tutela provisória.</i>	Em 16 de fevereiro de 2017, foi indeferido o pedido liminar. Aguarda a decisão acerca do juízo competente para análise da demanda.	36.251	31.398
<i>Processo nº 0002564-83.2017.8.13.0400 - Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face da Samarco, Vale, BHP Brasil, Fundação Renova e Estado de Minas Gerais (Detran-MG), requerendo que o Detran-MG se abstenha de lançar o IPVA, Taxa de Licenciamento e DPVAT em relação aos proprietários dos veículos perdidos em razão do acidente ou, alternativamente, que estes valores sejam lançados em nome da Samarco. Em relação às demais réis, o MPMG requer que elaborem laudo dos veículos destruídos, adotem junto ao Detran-MG as medidas necessárias para baixá-los e assumam o adimplemento de eventuais tributos, taxas e exações incidentes.</i>	Em 19 de junho de 2017, foi proferida sentença liminar parcial, determinando que o Estado de Minas Gerais se abstivesse de cobrar quaisquer impostos ou taxas relativas aos carros destruídos, retroativos ao dia do evento. Uma audiência de conciliação ocorreu em 25 de julho de 2017, quando as partes concordaram. Em 28 de julho de 2017, foi publicada sentença homologando o contrato firmado entre as partes no qual: (i) os proprietários dos veículos assinarão declaração admitindo que a Renova descarta os carros corretamente e (ii) o Estado cancelará o registro do veículo. Partes solicitaram a suspensão do caso	113	100
<i>Processo nº 1007135-34.2017.4.01.3800 (antigo nº 0011821-36.2017.4.02.5004) - Ação Civil Pública movida pelo Espírito Santo e a Defensoria Pública Federal contra a Samarco Mineração SA, Fundação Renova e o Governo Federal requerendo declaração de nulidade de determinadas passagens e cláusulas do termo de liberação utilizado no Programa de Indenização Mediada (PIM).</i>	Em 19 de setembro de 2017, os autos foram remetidos à 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, tendo em vista a decisão reconhecendo sua jurisdição sobre o caso. Em 18 de novembro de 2017 e 27 de novembro de 2017, as contestações do Governo Federal e da Samarco foram anexadas aos arquivos.	20.833	19.250
		747.479	657.679

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ações individuais cíveis ajuizadas contra a Fundação Renova:

Descrição	Posição	2017	2016
Tratam-se de 09 (nove) ações com objetos similares, ajuizadas contra a Fundação Renova, Samarco Mineração S.A, BHP Brasil e Vale S.A, nas quais os Autores requerem indenização por danos materiais e danos morais em razão da (i) interrupção no abastecimento da água nas cidades atingidas; (ii) falta de pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial; (iii) ressarcimento em razão da perda de bens ou equipamentos; (iv) lucros cessantes; (v) falta de recebimento da parcela indenizatória no âmbito do PIM – Programa de Indenização Mediada.	Nenhum dos processos teve decisões em 31 de dezembro de 2017.	85	-

Ações trabalhistas ajuizadas contra a Fundação Renova:

Descrição	Posição	2017	2016
Tratam-se de 13 (treze) ações com objetos e pedidos diversos, mas sempre ajuizadas contra um prestador de serviços contratado e contra a Fundação Renova e/ou Samarco Mineração S.A, responsáveis solidárias e/ou subsidiárias. Em apenas 03 (três) casos há pedido de reconhecimento de vínculo empregatício com a Fundação Renova (ações ajuizadas contra a empresa Gonçalves e Costa Empreendimentos da Construção Ltda. – ME).	Nenhuma das ações teve julgamento até 31 de dezembro de 2017.	1.114	-

13. Provisões diversas

A Entidade adquire volumes significativos de serviços de terceiros para execução de suas atividades. Em 31 de dezembro, alguns de seus fornecedores, por razões diversas, não detinham todos os elementos para emissão de seus faturamentos, de serviços já prestados. Adicionalmente, a Entidade possui frentes de trabalho, em diversos municípios, para negociação de indenizações (PIM – Programa de Indenização Mediada) por danos morais devido à falta de abastecimento de água nas cidades e outros danos gerais, gerando compromissos de valores a pagar. Desta forma, a administração, com base em seus controles internos e medições, constituiu provisão visando atender ao princípio da competência. O detalhamento de tais serviços encontra-se abaixo:

		2017	2016
Indenização - PIM DANOS GERAIS	(a)	61.632	-
Indenização - PIM DANOS AGUA	(b)	35.952	-
Locação de equipamentos de apoio	(c)	-	5.086
Obras civis	(d)	1.066	8.082
Serviços de compensação ambiental e florestal	(e)	-	807
Consultoria jurídica	(f)	3.209	2.875
Consultoria e estudos diversos	(g)	103	600
Diálogo com as comunidades	(h)	1.666	703
Outros	(i)	1.297	1.836
		104.925	19.989

- a) Indenização - PIM Danos Gerais: Considera as pessoas que perderam sua renda ou bens materiais como veículos, imóveis residenciais e comerciais, propriedades rurais, entre outros. Para ser indenizado, é preciso ter passado, obrigatoriamente, pelo cadastro integrado, que está sendo feito nas regiões impactadas, e comprovar o dano sofrido.
- b) Indenização - PIM Danos de Água: destinada a todas as pessoas que moravam nas cidades/distritos em que a distribuição de água potável ficou suspensa por mais de 24 horas seguidas, em novembro de 2015
- c) Locação de equipamentos de apoio: contratos de locação de máquinas e equipamentos para limpeza de propriedades rurais e reparação e conservação de Barra Longa.

- d) Obras civis: serviços de construção e manutenção de cercas nas propriedades e estradas, reconstrução das propriedades e infraestrutura da região de Barra Longa, pavimentação asfáltica, bioengenharia para recuperação ambiental e serviços de barramento na UHE de Risoleta Neves.
- e) Serviços de recuperação ambiental e florestal: serviços de plantio de culturas agrícolas, pomares, hortas e formação de pastagem nas propriedades entre os municípios de Mariana a Santa Cruz do Escalvado-MG.
- f) Consultoria jurídica: serviços de consultoria para a atuação junto ao Comitê Interfederativo (CIF) e ao Programa de Indenização Mediada (PIM).
- g) Consultoria e estudos diversos: serviços de consultoria no diagnóstico e proposição de melhorias nos processos de acompanhamento de contratos de serviços associados a execução de projetos.
- h) Diálogo com as comunidades: serviços de atendimento ao público nos escritórios dos centros de negociação do PIM.
- i) Outros: Outras despesas de valores menores relativas a serviços de comunicação, identificação de áreas para irrigação, limpeza de propriedades rurais, assistência aos animais, melhorias de TI - Licenciamento Software e seguro.

14. Obrigações socioambientais e socioeconômicas

As obrigações socioambientais e socioeconômicas compreendem a dotação recebida das mantenedoras e destinadas às despesas finalísticas com os programas socioambientais e socioeconômicas, conforme definido no TTAC. A composição do saldo de obrigações socioambientais e socioeconômicas encontra-se detalhada abaixo:

	Saldo 2016	Aportes (nota 15)	Baixa (nota 17)	Transferência	Atualização Fundo Desenvolve Rio Doce (nota 6)	Atualização IPCA (nota 19)	Saldo 2017
Programas reparatórios	219.747	579.075	(916.529)	-	-	2.349	(115.358)
Programas reparatórios - Barra longa	-	200.000	(42.681)	(84.094)	-	4.094	77.319
Programas compensatórios	227.918	247.626	(277.938)	-	263	5.240	203.109
Programas compensatórios - ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	51.895	212.110	-	(215.116)	-	3.812	52.701
Programas compensatórios - Recurso da multa da UHE Candonga	-	5.950	(234)	-	-	76	5.792
TOTAL CIRCULANTE	499.560	1.244.761	(1.237.382)	(299.210)	263	15.571	223.563
Programas reparatórios - Barra longa	-	-	-	84.094	-	-	84.094
Programas compensatórios - ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	-	-	-	215.116	-	-	215.116
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	-	299.210	-	-	299.210
TOTAL GERAL	499.560	1.244.761	(1.237.382)	-	263	15.571	522.773

Nos Programas Reparatórios, a Renova registrou despesas no período, em montante de R\$115.358 superior aos aportes realizados pelos mantenedores, principalmente, devido a constituição de provisões, conforme nota 13. Desta forma, as obrigações socioambientais

e socioeconômicas foram apresentadas líquidas desse direito, o qual foi devidamente recebido em janeiro de 2018.

15. Patrimônio líquido

A Escritura Pública de instituição da Fundação Renova descreve que a dotação de bens, a que se refere o artigo 62 do Código Civil, necessária para atender ao objeto da Fundação Renova (Nota 1) corresponderá à soma das parcelas da dotação em dinheiro até o ano de 2018, bem como as parcelas posteriormente indicadas pelo Conselho Curador como necessárias para o cumprimento dos projetos a partir do ano 2019.

Conforme definido no TTAC, a Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Brasil, proveram e proverão recursos para a Fundação com contribuições, conforme abaixo:

- R\$2.089.682 em 2016, sendo que o montante de R\$1.112.195 foi aplicado diretamente pela Samarco nos programas do TTAC, R\$283.537 foram retidos pela Ação Civil Pública - ACP na cidade de Mariana e R\$693.950 aportados por VALE, BHP Brasil e SAMARCO através de depósitos na Fundação Renova. Adicionalmente, foi aportado pela Samarco o montante de R\$4.928 para cobrir as despesas administrativas.
- R\$1.874.831 em 2017, sendo que destes, o montante de R\$581.881 foram aplicados diretamente pela Samarco nos programas do TTAC, R\$1.280.000 aportados por VALE e BHP Brasil, na proporção de 50% cada (já incluído aporte de R\$48.188 para cobrir as despesas administrativas), através de depósitos na Fundação Renova e R\$12.950 pela Samarco (R\$5.950 referente às ações compensatórias com recurso da multa da UHE Candonga – deliberação nº80 do CIF e R\$7.000 referente ao desbloqueio de parte do recurso de ACP Mariana). Dos depósitos efetuados, R\$200 MM formaram a “Reserva do TCP-Barra Longa” (nota 3).
- R\$1.200.000 em 2018.
- De 2019 a 2021, as contribuições anuais à Fundação Renova serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, conforme TTAC. Os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$800.000 a R\$1.600.000. De 2022 em diante os valores a serem aportados na Fundação serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação na mesma data. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período, para os programas reparatórios.

A partir da assinatura do TTAC, a Fundação alocará um montante anual de R\$240.000, por um período de 15 anos, para a execução de projetos de compensação. Esses montantes anuais já estão incluídos nos valores contidos das contribuições informadas para os seis primeiros anos (2016 – 2021). Adicionalmente, uma contribuição de R\$500.000 será destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos nos municípios ao longo do Rio Doce, nos anos de 2016, 2017 e 2018, nos montantes de R\$ 50 milhões, R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões, respectivamente.

As parcelas da dotação efetuadas pelas mantenedoras são reconhecidas, inicialmente, no Patrimônio Líquido e transferidas para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas no passivo, uma vez que toda dotação recebida das mantenedoras, no contexto do TTAC, é destinada exclusivamente às despesas finalísticas com os programas socioeconômicos e socioambientais. À medida que a Fundação Renova utilizar os recursos aportados pelas mantenedoras com os referidos gastos, os mesmos serão realizados como receitas para contrapor as despesas com os programas.

16. Receitas

A Entidade tem como fonte de recursos os aportes realizados por suas mantenedoras, assim como por serviços voluntários ofertados por elas e seus Conselheiros. Os valores realizados em 2017 estão demonstrados abaixo:

		2017	2016
Receita operacional - aporte	(a)	1.237.382	194.390
Receitas de contribuições	(b)	36.509	4.928
Receitas de Serviços Voluntários - Cedidos	(c)	22.087	19.679
Receitas de Serviços Voluntários - Compartilhados	(d)	9.648	8.098
Receitas de Serviços Voluntários - Conselheiros	(e)	1.197	216
		1.306.823	227.311

- a) Aporte recebido das mantenedoras para aplicação nos programas geridos pela Fundação Renova.
- b) Aportes recebidos das mantenedoras para custear as despesas administrativas.
- c) Refere-se a empregados cedidos pelas mantenedoras – Samarco, Vale e BHP Brasil, tendo em vista a continuidade de vários programas e a disseminação do conhecimento do mantenedor para agregar aos processos da Fundação Renova. Os

montantes aqui registrados representam o somatório dos salários, encargos e benefícios destes empregados, dispendidos por cada mantenedora.

- d) Os serviços compartilhados foram executados exclusivamente pela mantenedora principal, Samarco, desde o ano de 2016, e se manteve de acordo com a demanda de cada área administrativa ao longo de 2017. Tendo em vista que, durante este período, a Fundação Renova ainda passava pelo processo de estruturação das áreas e do seu corpo de colaboradores, fez-se necessário manter a dedicação compartilhada da Samarco. O repasse das atividades ocorreu de forma gradual e segura, visto as complexidades e particularidades dos processos. Em findos de 2017, apenas as áreas de suprimentos e Gestão de TI continuam a ser compartilhadas. Os montantes foram escriturados considerando os valores de custo com a prestação de tais serviços apurados pela mantenedora que, por sua vez, controlava todos os dispêndios realizados para execução dos mesmos.
- e) Referem-se às horas doadas pelos Conselheiros que compõem os 3 conselhos da Fundação, são eles: Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. Estes prestam serviços de forma voluntária e gratuita. Os valores destes serviços foram calculados considerando as horas dedicadas pelos Conselheiros ao longo do ano de 2017, multiplicado pela taxa horária de cada um – não-auditado. Este cálculo resultou em 3.852 horas de dedicação ao longo de 2017 pelos Conselheiros. Sendo que o Conselho Curador disponibilizou 1.530 horas (2016 – 1.194 horas), o Conselho Fiscal 576 horas e o Conselho Consultivo dedicou 1.746 horas.

17. Despesas operacionais com programas

As despesas operacionais com os programas da Entidade referem-se aos gastos incorridos no período com programas de reparação e compensação socioambiental e socioeconômico previstos no TTAC. Os quadros abaixo demonstram a abertura dos gastos por grupo de medidas e por programa, em 31 de dezembro:

		2017	2016
Programas socioambientais – Reparação	(a)	296.538	60.161
Programas socioeconômicos – Reparação	(a)	662.671	125.210
Programas socioambientais – Compensação	(b)	20.948	2.057
Programas socioeconômicos – Compensação	(b)	257.225	6.962
		1.237.382	194.390

a) Programas – Reparação

Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	2017	2016
Programa de manejo dos rejeitos	3.323	-
Contenção dos rejeitos e tratamento dos rios impactados	5.808	-
Recuperação da área Ambiental 1	93.176	32.040
Conservação da Biodiversidade aquática	3.162	462
Conservação da fauna e flora terrestre	7	-
Sistemas de abastecimento de água	10.034	2.881
Gestão de riscos ambientais	120	49
Investigação de monitoramento da água	49.039	18.669
Gerenciamento dos programas	131.869	6.060
	296.538	60.161

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

PROGRAMAS SOCIOECONOMICOS	2017	2016
Medidas Mitigatórias Emergenciais	30.625	10.727
Levantamento cadastro dos impactados	26.464	7.109
Ressarcimento Indenização Impactados	135.677	6.447
Proteção dos povos indígenas	24.094	4.599
Proteção comunidade tradicional	10.687	-
Programa de proteção social	737	300
Comunicação e diálogo	36.924	4.453
Assistência aos animais	3.768	1.496
Reconstrução de Bento, Paracatu e Gesteira	8.487	1.219
Recuperação reservatório UHE Risoleta Neves	102.687	-
Recuperação de infraestrutura impactada	34.106	12.425
Recuperação de escolas	3.974	11
Preservação da memória histórica	10.810	5.463
Apoio ao turismo, cultura e esporte	3.742	1.327
Saúde física e mental dos impactados	13.237	4.931
Retomada da atividade pesqueira	349	-
Retomada da atividade agropecuária	13.544	2.480
Recuperação de micro e pequenos negócios	338	59
Auxílio financeiro dos impactados	187.326	61.725
Ressarcimento de despesas extraordinárias	15.095	439
	662.671	125.210

**Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Programas - Compensação

Compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos programas.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	2017	2016
Contenção dos rejeitos e tratamento dos rios impactados	1.787	-
Recuperação de APP e Controle de Erosão	2.314	-
Recuperação de nascentes	7.473	1.300
Sistemas de abastecimento de água	657	14
Sistema de educação ambiental	928	154
Preparação de emergência ambiental	5.479	394
Informação para população	642	-
Comunicação nacional e internacional	586	195
Investigação e monitoramento da água	488	-
Apoio à implementação de inventários ambientais e rurais	594	-
	20.948	2.057

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS	2017	2016
Recuperação reservatório UHE Risoleta Neves	234	-
Apoio ao turismo cultura e esporte	625	-
Pesquisa e tecnologias remediação	21	-
Diversificação a economia regional	923	-
Estímulo a contratação local	1.050	-
Ressarcimento de indenização aos impactados	254.372	6.962
	257.225	6.962

18. Despesas operacionais administrativas

Estas despesas se caracterizam como sendo as necessárias para manutenção das atividades operacionais da Fundação, não estando ligadas diretamente à execução dos programas. Incluem-se também nestas, as despesas reconhecidas referentes aos serviços voluntários recebidos pela Entidade.

O serviço voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, mesmo que não tenha ocorrido o desembolso financeiro, conforme Norma Contábil ITG2002. A composição das despesas administrativas encontra-se detalhada abaixo.

	Nota	2017	2016
Consultoria jurídica		8.798	3.096
Consultoria e estudos		2.746	-
Pessoal próprio		14.604	1.820
Seguro		-	351
Serviços contratados		3.269	320
Viagens		3.765	178
Outros gastos		3.327	68
Serviço voluntário empregados cedidos	16.c	22.087	19.679
Serviço voluntário compartilhado	16.d	9.648	8.098
Serviço voluntário conselheiros	16.e	1.197	216
		69.441	33.826

19. Resultado financeiro

O detalhamento do resultado financeiro está representado como segue:

Receita financeira	2017	2016
Rendimentos com aplicações financeiras	49.196	2.585
(a) Atualização financeira das obrigações socioambientais e socioeconômicas	(15.571)	-
	33.625	2.585

(a) as obrigações socioambientais e socioeconômicas (nota 14), as quais os recursos recebidos das mantenedoras para execução dos respectivos programas, não foram gastos dentro do mesmo período do recebimento e que geraram rendimentos financeiros suficientes em razão da aplicação de tais sobras de caixa, foram atualizadas pelo índice inflacionário IPCA do referido mês.

Despesas financeiras	2017	2016
Tarifas bancárias	21	1
IOF - Imposto sobre operações financeiras	394	5
Outros	32	-
	447	6

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Aportes mantenedoras

As mantenedoras realizaram ao longo de 2017 os aportes - dotações e contribuições - apresentados abaixo. Estes aportes são responsáveis por manter a continuidade da Fundação Renova. Cabe ressaltar que estes valores não constituem passivos da Renova para com as mantenedoras, conforme regulamentado no TTAC.

	2017	2016
Samarco Mineração S.A.	12.950	221.390
Vale S.A.	640.000	238.744
BHP Brasil Ltda	640.000	238.744
	1.292.950	698.878

21. Compromissos (*commitments*)

A Fundação possui contratos de longo prazo de serviços, conforme mostra a tabela a seguir:

	2017	2016
Até 1 ano	778.081	673.002
De 1 a 2 anos	222.201	6.298
De 2 a 3 anos	70.235	3.002
De 3 a 5 anos	10.362	1.904
Acima de 5 anos	470	-
	1.081.349	684.206

22. Cobertura de seguros

Dado o escopo das atividades da Fundação e a diversidade de suas operações, tendo como base a linha de diretrizes de seus comitês de gestão, a Fundação Renova contratou seguros de Responsabilidade Civil Geral (bens de terceiros) e D&O (Responsabilidade Civil para Diretores).

A apólice de Responsabilidade Civil Geral tem vigência de 18 meses, iniciando-se em novembro de 2017, com limite máximo indenizável de R\$80 milhões.

A apólice de D&O tem vigência de 12 meses, a partir de dezembro de 2017 e limite máximo indenizável de R\$80 milhões.

Também estão em vigor as apólices de seguro de acidentes pessoais e seguro de vida para todos os empregados da Fundação Renova.

Conselho Curador

Membros efetivos

Alberto Ninio

Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão

Ian Burton Wood

José Ângelo Paganini

Pedro Aguiar de Freitas

Ricardo Eugênio Jorge Saad

Wilson Nélio Brumer

Conselho Fiscal

Membros efetivos

Carlos Henrique Ribeiro

Atif Nazir Janjua

Murilo Müller

Rodrigo Lubiana Zanotti

Luís Eduardo Fischman

Breno Barbosa Cerqueira Alves

Diretoria

Roberto Silva Waack

Diretor-presidente

Marcelo Eduardo Figueiredo

Diretor de Programas e Projetos

Andrea Aguiar Azevedo

*Diretora de desenvolvimento
institucional*

Responsável Técnico

Philippe Ferreira da Rocha

Contador - CRC-ES 012855/O-5 T-MG